

A ESTRATÉGIA DE PORTUGAL FACE AOS CONFLITOS MILITARES INTERNACIONAIS¹

Abílio Pires Lousada

Introito

A História, como ciência que é, tem a finalidade de conhecer para prever e para prover enquanto valor normativo; ciência incontornável para validar as «teorias» mais recentes em nome da realidade conjuntural. Como o estudo da História constitui um dos mais poderosos meios de educação, perpetuando as virtudes dos povos através da sucessão de gerações, importa ter presente a afirmação do filósofo George Santayana para quem “*os que ignoraram a História estão condenados a repeti-la*” ou, como referia Mark Twain, “*a história não se repete, mas às vezes rima*”.

Assim, se a História remete inevitavelmente para o passado, tal não significa que o historiador cinja a sua atividade à frequência de «caves bafientas e bolorentas». Na verdade, é sua «missão» centrar permanentemente a atenção no acompanhamento analítico das vicissitudes conjunturais do presente, servindo a ferramenta histórica de instrumento.

Servem estas considerações o propósito de analisar “***A Estratégia de Portugal Face aos Conflitos Militares Internacionais***”: i) Guerras Generalizadas da Europa do Século XVII; ii) Guerra da Sucessão de Espanha; iii) Guerra dos Sete Anos; iv) Guerras da Revolução; v) Primeira Guerra Mundial; vi) Segunda Guerra Mundial.

Trata-se de guerras generalizadas europeias com ‘ondas de choque’ globais, com as quais Portugal foi obrigado a lidar política e militarmente. Guerras em que o Estado Português teve que definir objetivos (manutenção da soberania, posse territorial continental ou ultramarina, solvência económica, manutenção de alianças estruturais), se viu perante a necessidade (e algumas vezes urgência) em definir a atitude a tomar (neutralidade *versus* beligerância), delimitar o seu campo de ação (território continental, continente europeu, império ultramarino), identificar as ameaças/alianças (Espanha, Holanda, França, Grã-Bretanha, Alemanha) ou escolher entre o espaço atlântico e o europeu.

Ao olharmos para a estratégia de Portugal face aos conflitos internacionais identificados verificamos a sua atualidade, quer relativamente ao dilema da neutralidade, quer aos constrangimentos da intervenção, bem como à dicotomia potência marítima – potência continental. Como analogia, atente-se na postura estratégica de Portugal relativamente à

¹ Adaptado de *Estudos de Homenagem Abel Cabral Couto*, Coordenação Luís Barroso e Luís Escorrega, IESM, 2014.

Guerra do Iraque 2003, quando uma coligação internacional invadiu militarmente o Iraque e depôs Saddam Hussein. Liderando uma coligação internacional de países *ad-hoc*, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha (potências marítimas) assumiram a prerrogativa da invasão num contexto sufista de luta contra o terrorismo internacional, ‘arrastando’ consigo oito dos então quinze Estados membros da União Europeia. Os restantes sete Estados negaram apoio e uniram-se em torno do eixo franco-alemão (potências continentais).

Qual foi a postura de Portugal no processo? Inicialmente, com os *opinion maker* nacionais e a União Europeia divididos, a postura do Governo foi de protelamento até que, enquanto anfitrião da Cimeira dos Açores, alinhou pelas potências marítimas, apoiando a invasão. Mas o processo não foi pacífico internamente. O Presidente da República Jorge Sampaio opunha-se à intervenção sem um mandato das Nações Unidas que a fundamentasse e o principal partido da oposição não convergia na posição a tomar. Portanto, o País não tinha uma estratégia diplomática definida relativamente ao «caso Iraque» e não ‘falou a uma só voz’. O resultado foi o posterior envio de uma força de segurança (Guarda Nacional Republicana) para o teatro de guerra, enquanto solução de compromisso e de conjugação de vontades da parte ‘beligerante’ e dos ‘não intervencionistas’ nacionais.

1. GUERRA DA RESTAURAÇÃO NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA EUROPA DO SÉCULO XVII

“O sucesso está suspendendo os olhos e as atenções de todo o mundo. Roma, se há-de receber; Holanda, se há-de quebrar; Castela, se há-de desistir; e até França está suspensa com os sobressaltos de amiga e interessada”.

Padre António Vieira

O século XVII, que pode ser designado o século de Marte, constituiu um período que não conheceu pausas de paz absoluta e a guerra foi a «instituição dominante», marcando o ritmo da atividade dos Estados e das populações. De facto, escorados na força ideológica da religião e sustentados na economia mercantilista, os príncipes fizeram as suas guerras de Estado, onde as questões dinásticas, a procura de poder e prestígio pessoal, o ‘jogo’ das fronteiras naturais, a cobiça de recursos, a obsessão hegemónica ou a procura do equilíbrio de poderes levaram a guerra a todo o tecido social europeu, fazendo do continente e, por inerência, do mundo a ele ligado, um imenso campo de batalha.

Guerra que se desenrolou tanto entre entidades estatais soberanas, como no interior dos próprios Estados. Como guerras intraestatais, temos as separatistas, concretamente das Províncias Unidas, Catalunha e Portugal contra a tutela castelhana; a guerra civil inglesa entre os realistas de Carlos I e os parlamentares de Cromwell; a guerra civil da Fronda, em França; o endémico conflito religioso entre católicos e protestantes no interior do Sacro Império Germânico. Dos conflitos interestatais, destacamos o franco-espanhol (epirocrático), o anglo-holandês (talassocrático) e a guerra regional escandinava².

Assim, a Europa assistiu a uma guerra generalizada de onde sobressai o conflito de maior amplitude da História Moderna, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), subsidiária das restantes.

Foi neste contexto que ocorreu o golpe de Estado de 1 de Dezembro de 1640, quando um conjunto de fidalgos portugueses acometeu o Paço da Ribeira, em Lisboa, defenestrou Miguel de Vasconcelos e aprisionou Margarida, duquesa de Mântua, representantes do poder político filipino em Lisboa. A celeridade da ação e o imediato apoio do estrato social português emprestaram um carácter definitivo ao desígnio dos restauradores; Portugal recuperava a soberania e anulava sessenta anos de Monarquia Dual castelhana.

Contudo, o Primeiro de Dezembro representava o primeiro passo de um longo processo de aclamação face à Monarquia Hispânica, que desenvolveu uma estratégia de reabsorção do

² Abílio Pires Lousada, “A Guerra na 1ª Metade do Século XVII”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 30, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

«conjunto português». Estratégia titubeante, que se cingiu a pressão militar na fronteira, ações insidiosas no interior do território lusitano e procura de isolamento externo de Portugal, isto é, incapaz de uma ação militar de aniquilamento, Castela adotou a ameaça direta em conjugação com a ação indireta de neutralização³.

O problema é que a aclamação do duque de Bragança colocou Castela perante uma guerra em duas frentes na Península Ibérica, devido à questão da Catalunha, proclamada independente a 6 de junho de 1640. Se a esta situação acrescentarmos o empenhamento militar hispânico na Flandres, face às Províncias Unidas (Holanda), na Alemanha, onde combatia os Estados protestantes, e na Itália, onde contava com a oposição da França (que apoiava também os catalães), facilmente se percebe que a Monarquia Hispânica era um Império sitiado.

Pelo lado dos Restauradores, o raciocínio geopolítico que norteou a sua conduta estratégica consistiu na: i) necessidade de legitimação da Dinastia de Bragança pelas potências da Europa, assumindo a diplomacia a primazia operandi; ii) defesa do espaço fronteiriço metropolitano face à Monarquia Hispânica, sustentado no vetor militar; iii) procura de recuperação da suserania das possessões ultramarinas perdidas durante a União Ibérica, que identifica as Províncias Unidas como o ator a ponderar, centra a atenção no espaço Atlântico, particularmente no território do Brasil, cuja recuperação constituía objetivo vital imperial⁴.

A urgência da guerra impeliu os Restauradores a um conjunto de medidas que visavam implementar um aparelho militar capaz de sustentar a limes portuguesa e a soberania da Casa de Bragança, tarefa urgente e complexa atendendo que a força militar portuguesa tinha sido desmantelada durante a realeza filipina.

O Conselho de Guerra foi o órgão fulcral durante o período da Restauração, criado em 11 de dezembro de 1640. Era presidido pelo próprio monarca e constituído por fidalgos com conhecimentos e experiência militares, tendo como objetivo a centralização de todos os assuntos militares que diziam respeito ao território continental. Pelo Conselho de Guerra passava toda a gestão logístico-militar e jurisdicional da defesa do Reino, compreendendo a conservação das fortalezas e arsenais, o provimento de postos e cargos militares, os negócios relativos à expedição de tropas e os julgamentos das causas relativas aos militares. O

³ Abílio Pires Lousada, *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII*, Lisboa, Fronteira do Caos, 2011.

⁴ Idem.

Conselho de Guerra foi completado com a criação da Junta de Fronteiras, vocacionada para a organização do sistema de fortificações⁵.

O Conselho Ultramarino, criado em 1642, era constituído por personalidades que, tendo servido em altos cargos além-mar, tivessem um conhecimento alargado das questões ultramarinas, tratava dos assuntos relativos ao Império, excetuando os respeitantes às ilhas do Atlântico e ao Norte de África; o provimento dos bispados, ofícios da justiça, guerra, despachos e mercês de serviços do Ultramar. Ao Conselho Ultramarino juntou-se a Junta do Comércio e, posteriormente, a Junta do Tabaco, quando o Estado monopolizou este produto⁶.

Em termos de organização militar, as Cortes de 1642 deliberaram a constituição de um Exército de Linha constituído por 20 mil infantes e 4 mil cavaleiros, organizados em terços de infantaria e companhias de cavalaria. Os oficiais eram recrutados na nobreza, os soldados para a infantaria, mediante sorteio através das listas de ordenanças, compreendiam os filhos segundos de todas as classes, exceto os órfãos de pai e os lavradores, enquanto para a cavalaria eram recrutados entre os filhos segundos da nobreza. Como braço armado permanente da Nação, o Exército de Linha garantia a estabilidade fronteiriça, dando consistência defensiva à rede de fortificações implantada em cada teatro de operações.

Mas, se a característica do Exército de Linha traduzia em Portugal a novidade de um vislumbre de exército permanente, era através dos Terços Auxiliares (povo armado) que os Restauradores queriam dissuadir Castela de um ataque imediato. Estes, que foram organizadas em 25 terços provinciais e 5 de Lisboa, eram constituídas com base no recrutamento dos órfãos de pai, lavradores e homens casados. Os auxiliares só eram convocados para situações de campanha, normalmente no período estival, ou para acudir às fronteiras, guarnecendo as praças-fortes, sempre em situações de emergência.

Toda a restante população não incluída na especificidade que «alimentava» o Exército de Linha e as Tropas Auxiliares constituía a reserva de recrutamento (Ordenanças), sujeita a ser convocada, através dos depósitos, para pegar em armas⁷.

Relativamente à Marinha, o Marquês de Montalvão, ao tempo Governador-geral do Brasil, propunha que “no Tejo devia estar «sempre a maior Armada que for possível» pois, assim, resultaria a «(...) recuperação das conquistas, a defesa da Barra, o augmento do commercio, os dammos do inimigo, e a defesa do Reijno»”, devendo estar

⁵ Gabriel Espírito Santo, *A Grande Estratégia Portuguesa na Restauração 1640-1668*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2009.

⁶ António Manuel Hespanha, *As Vésperas de Leviathan, Instituições e Poder Político em Portugal – Século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

⁷ Abílio Pires Lousada, *A Restauração Portuguesa de 1640*, ob. cit.

permanentemente aprontada uma esquadra de seis a oito navios⁸. O marquês de Montalvão procurou ainda convencer o monarca que concentrasse esforços na projeção de uma poderosa capacidade naval, que não só lhe desse prestígio internacional, como permitisse manter e reconquistar o Império Ultramarino.

Contudo, D. João IV apostou nas armadas de costa para fazer face à urgência da defesa do território continental, relegando para segundo plano a ideia de posse de uma força naval poderosa. Até porque a aposta de recuperação do Brasil, face a uma Holanda com quem interessava cooperar na Europa contra a Espanha, recaiu na guerra brasílica (irregular), dando continuidade à Guerra dos Trinta Anos do Brasil (1624-1654). Uma guerra que desde 1643 comporta os ingredientes típicos de uma guerra de subversão: uma força cujo recrutamento derivava da localização, isto é, incorporava, maioritariamente, elementos autóctones de brancos, negros, mestiços e índios, o que lhe dava um cunho de tropa irregular, enquadrados por contingentes regulares metropolitanos, em que a mobilidade, a flexibilidade, a dispersão e a surpresa constituíam a marca dominante da sua atuação.

Atendendo à especificidade geográfica do território metropolitano português, com um traçado fronteiriço vulnerável, uma fraca densidade populacional e uma reduzida profundidade espacial, D. João IV adotou uma estratégia militar defensiva assente em linhas defensivas de fortificações, nas zonas de maior vulnerabilidade e probabilidade de sujeição à invasão militar.

Até 1660 regista-se uma guerra insalubre, que derivou, em larga medida, da «falta de vontade» de ambos os contendores em assumir uma atitude estratégica direta e marcadamente ofensiva, que procurasse levar o ‘outro’ à capitulação. A partir dessa altura, assiste-se a manobras militares de amplitude tática considerável, contingentes mais volumosos, dispositivos e ordens de batalha perceptíveis, que relevam de uma mecanização consubstanciada no treino, adoção de novas táticas e uma visão estratégica para uma guerra mais abrangente, e batalhas onde se procurou a decisão da contenda.

Para tanto, muito contribuiu a presença em Portugal do cabo-de-guerra prussiano conde de Schomberg e das inovações estratégico-táticas francesas que implementou, que a par da condução da guerra por chefes militares portugueses timbrados numa guerra que lavrava há mais de duas décadas, culminou nas vitórias decisivas de Ameixial e Montes Claros. Desta forma, o Exército da Restauração venceu o Hispânico depois de mais de vinte e sete anos de combates.

⁸ Nuno Valdez dos Santos, *A Marinha na Época da Restauração*, Lisboa, Academia de Marinha, 1989.

Se os militares sustentaram a Restauração a ferro e fogo, os diplomatas trataram de a justificar nas chancelarias da Europa. A preocupação constante foi evitar o isolamento internacional e a dependência a uma só potência, o que nem sempre se revelou uma tarefa fácil. O País, de matriz religiosa católica, perdeu a aceitação Romana para Castela e por isso teve de encontrar nos Estados protestantes os pontos de apoio que sustentassem a Coroa de Bragança. Solicitar os «favores» de nações como a Inglaterra, as Províncias Unidas ou a Suécia era uma postura contra-natura, que a aceitação pela França de certa forma temperou⁹.

É inquestionável que, até ao Tratado dos Pirenéus (1659), celebrado entre a França e a Monarquia Hispânica, a França de Richelieu e Mazarino foi o aliado mais importante com que contou a Restauração. Nos últimos anos de guerra, coube à Inglaterra o papel de fiel depositário da consolidação da Dinastia de Bragança; Carlos II anuiu à vontade dos seus compatriotas mercadores fazerem dos mares portugueses um campo de oportunidades económicas¹⁰.

Para oferecer à Inglaterra contrapartidas pelo reconhecimento dinástico, pelo patrocínio político e suporte militar, a Portugal servia as vantagens comerciais das possessões detidas no Atlântico e no Índico (e cedência de Tânger e Bombaim); a ligação à França foi favorecida pelo adversário comum, a Monarquia Hispânica, servindo a frente de guerra em Portugal de divisor das forças militares hispânicas.

A França e a Inglaterra, ‘carrascos’ do predomínio terrestre da Monarquia Hispânica e da supremacia marítima das Províncias Unidas, respetivamente, tornaram-se nos Estados diretores da política mundial, mediante uma vigilância mútua dos poderes continental e marítimo. É o início da secular rivalidade franco-britânica, que entre 1689 e 1815 originaria oito guerras¹¹.

Relativamente a Portugal, terminada a guerra da Restauração e perdas para sempre os pergaminhos de ator global, a fragilidade interna portuguesa “servia à França de frente de diversão anti-espanhola e testa-de-ponte no continente para a Inglaterra”¹², denotando constrangimentos estratégicos que se arrastaram no tempo. Efetivamente, Portugal teve que “aceitar uma dualidade moral: enquanto, externamente, gravitava na órbita das potências marítimas inovadoras, individualistas e protestantes, internamente, o país mantinha intacta a

⁹ Abílio Pires Lousada, *A Restauração Portuguesa de 1640*, ob. cit.

¹⁰ Luís Soares de Oliveira, *História Diplomática. O Período Europeu (1580-1917)*, Lisboa, Pedro Ferreira, 1994.

¹¹ Jean-Baptiste Duroselle, *História da Europa*, Lisboa, Círculo de Leitores/publicações Dom Quixote, 1990.

¹² Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992.

sua índole católica, colectivista e conservadora”¹³. No primeiro caso, conforme já referido, o aliado estrutural era a Grã-Bretanha, no segundo as elites nacionais orientavam-se por uma ideologia e prática política «afrancesada».

Que fatores permitiram a Restauração de Portugal? Geopoliticamente as vantagens aduzidas pelos dois fatores de poder mais imutáveis e importantes, o geográfico (traçado fronteiriço metropolitano reconhecido internacionalmente e o poder funcional das possessões atlânticas) e o cultural (traduzido no poder das populações); estrategicamente, atendendo à adequada hierarquização dos objetivos (metrópole e Brasil), à análise correta das ameaças (Monarquia Hispânica e Províncias Unidas) e aos meios utilizados, traduzidos em «manobras» diplomáticas consubstanciadas no apoio das potências que, em cada momento, mais garantias davam de se empenharem pelos interesses de Portugal.

¹³ Luís Soares de Oliveira, ob. cit.

2. GUERRAS EURO-MUNDO DO SÉCULO XVIII

Três conflitos europeus faseados no tempo e outras tantas pretensões de neutralidade portuguesa, culminaram numa beligerância indesejada devido ao posicionamento geopolítico funcional de Portugal, a um aparelho militar falho de capacidade de dissuasão e a divergências ideológicas e políticas das elites nacionais que tinham assento na estrutura superior do Estado.

2.1. Guerra da Sucessão de Espanha 1701-1713

“Queira Deus que as coisas se acomodem para que não sejamos obrigados a tomar partido escandalizando a Inglaterra ou irritando a Espanha, sendo que a ocasião é boa para os inimigos de França”.

José da Cunha Brochado

A Guerra da Sucessão de Espanha resulta de uma decisão do rei Carlos II: no estertor da morte (1700) e sem descendência directa para lhe suceder, escolhe, por testamento, Filipe de Anjou, seu primo e neto do rei de França Luís XIV. Consequentemente, outros candidatos à sucessão e a Europa «movimentam-se», destacando-se o arquiduque Carlos, filho segundo do imperador Leopoldo da Áustria. Perante a formação de um bloco franco-espanhol ou a revivescência do império habsburgo de Carlos V (1519-1555), as potências europeias alinham estratégias em conformidade.

Opondo-se ao engrandecimento de Luís XIV, a Grã-Bretanha, a Áustria e os Países Baixos (Holanda) celebraram a designada «Grande Aliança» para defender a candidatura do arquiduque Carlos, declarando guerra à França na primavera de 1702. Dos seus objectivos destacam-se: a satisfação das reivindicações de Leopoldo I da Áustria à coroa espanhola; a ocupação dos Países Baixos espanhóis para servirem de muralha entre a França e a Holanda, do Ducado de Milão e do reino das duas Sicílias, Nápoles, Sicília e ilhas do mar Mediterrâneo; a posse das praças espanholas na América, a conquistar por ingleses e holandeses; e, sobretudo, a garantia de que a França e a Espanha nunca se reuniriam sob a mesma coroa¹⁴.

Portugal temia uma nova guerra junto às fronteiras ou um envolvimento direto, logo após o fim da Guerra da Restauração, quando a situação económica era precária. Mas a conjuntura internacional, com a Europa dividida em dois blocos, rápido fez perceber que as iniciais pretensões de neutralidade eram inviáveis. De facto, “independentemente de uma

¹⁴ Abílio Pires Lousada et al, *Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português*, Lisboa, Jornal do Exército, 2011.

postura inicialmente neutral, as prioridades portuguesas, relativamente ao comércio colonial e à sua segurança, ainda sem envolvimento directo na luta pela sucessão do trono espanhol, levaram D. Pedro II, secundado pelo ministro Cadaval e influenciado pela existência, na corte, de um activo e influente partido francês, a optar inicialmente pela França, julgando ser a melhor maneira de conter politicamente a Espanha”. Em 18 Junho de 1701, quando se reconheceu a realeza de Filipe V, “em troca da cedência de terras a norte do Amazonas, Portugal perdia o seu estatuto de neutralidade e ratificava uma aliança com a França”¹⁵. Por este Tratado, a França, além das vantagens concedidas, garantia a Portugal ajuda militar em caso de guerra.

Tratava-se de uma aliança que não acautelava os interesses ultramarinos do País e, consequentemente, a economia do Reino.

Constatando as derrotas francesas em Itália e no Reno e temendo a presença da frota inglesa nas costas peninsulares, D. Pedro II percebeu o perigo da ligação portuguesa à França. Assim, temendo uma guerra contra as potências marítimas (Inglaterra e Holanda), orientou-se no sentido da neutralidade (1702), altura em que o governo britânico procura atrair Portugal para a «Grande Aliança», enviando a Lisboa o embaixador John Methuen.

Procurando encontrar um pretexto para romper os compromissos que assumira com o bloco franco-hispânico, Portugal ordenou ao seu embaixador em Paris para solicitar ao governo francês os socorros previstos nos acordos de 1701, que nunca foram prestados. Consequentemente, aderiu à «Grande Aliança» (1703), que apoiava a candidatura ao trono espanhol do arquiduque Carlos da Áustria.

Assim, em 16 de maio de 1703, foram assinados dois Tratados: um de aliança defensiva entre Portugal, a Grã-Bretanha e os Países Baixos; e outro de aliança ofensiva e defensiva entre Portugal, a Áustria, a Grã-Bretanha e os Países Baixos, “para conservar a liberdade da Espanha, evitar o perigo comum de toda a Europa e manter o direito da Casa da Áustria à Monarquia Espanhola”¹⁶. Por um artigo secreto, Carlos da Áustria cedia a D. Pedro II as terras situadas na margem setentrional do rio da Prata, que serviria de limite aos domínios de ambas as coroas na América.

No ano seguinte (1704), principiou a guerra entre Portugal e a Espanha. Depois de o marquês das Minas, no comando de efetivos luso-britânicos ter tomado Madrid (28 de Junho

¹⁵ João Vieira Borges, *Conquista de Madrid 1706. Portugal faz Aclamar Rei de Espanha o Arquiduque Carlos de Habsburgo*, Lisboa, Tribuna, 2003.

¹⁶ José Ferreira Borges de Castro, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as Mais Potências desde 1640 até ao Presente*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856-1858, vol II.

de 1706) e aclamado Carlos da Áustria rei de Espanha, a situação degradou-se, com o levantamento da Nação espanhola a favor de Filipe de Anjou e a derrota «aliada» em Almansa.

De facto, não se pode dizer que a tomada de Madrid tenha produzido fortes consequências no decurso da Guerra de Sucessão de Espanha ou implicações de monta para Portugal. Porém, esta campanha permitiu explorar uma vulnerabilidade das forças franco-espanholas proporcionando a junção das forças vindas da Catalunha, do arquiduque Carlos da Áustria, com as de Elvas, do marquês das Minas.

Acrescente-se a apropriada expressão de Carlos Selvagem quando se lhe refere como “a mais brilhante ripostada que os Portugueses, ao cabo de trinta anos da Restauração da Independência, podiam vibrar aos antigos opressores”¹⁷.

Entretanto, em 1707, após tentar recuperar Barcelona, sem sucesso, o arquiduque Carlos da Áustria defronta, nas planícies de Almansa, 25 de abril de 1707, as forças de Filipe V, sendo derrotado naquela que viria a ser a batalha decisiva da guerra no Teatro de Operações Ibérico. Como consequência, a postura portuguesa pautou-se por uma opção defensiva das fronteiras do reino.

Posteriormente, a 7 de abril de 1711, morre o imperador José I da Casa da Áustria¹⁸ e para lhe suceder os eleitores escolheram o seu irmão arquiduque Carlos, que passou a ser o Imperador Carlos VI. Os dados do problema da sucessão espanhola alteraram-se subitamente e a Grã-Bretanha passou a preferir um Bourbon no trono de Espanha a ver unidas na mesma pessoa as coroas do império germânico e da Espanha; a Luís XIV interessava a paz luso-hispânica, pois retirava argumentos à Inglaterra na luta contra a Espanha a coberto do auxílio do aliado português. Portugal ficou abandonado.

D. João V firmou, então, o Tratado de Paz com a França (11 de abril de 1713) e com a Espanha (6 de fevereiro de 1715), ambos em Utreque. Com o Tratado com a França, Portugal sustentou a soberania nos territórios do Aipoc ao Amazonas; pelo Tratado com a Espanha, Portugal retomou a colónia de Sacramento. De resto, com a Espanha concluem-se Tratados de vizinhança amigáveis, vitais para a definição de uma política atlântica e a opção de neutralidade nas relações exteriores, apenas interrompida quando está em causa o prestígio de Portugal, como acontece aquando da interrupção das relações com a Santa Sé, ou a segurança na Europa, razão da presença da armada portuguesa na Batalha Naval de Matapan contra os turcos (1717).

¹⁷ Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1990.

¹⁸ O imperador Leopoldo I morreu em 1705.

Uma das consequências mais importantes da Guerra da Sucessão de Espanha, com reflexos estratégicos europeus e peninsulares, prende-se com a ocupação de Gibraltar pela Inglaterra à Espanha (1704). Com a posse de Gibraltar, o desinteresse estratégico da Inglaterra pela Espanha acentua-se, pois o «ferrolho» do Mediterrâneo está garantido. “A Espanha será assim empurrada para o seu papel de procurador da potência continental e a Portugal caberá o papel inverso”¹⁹. Efectivamente, a Guerra da sucessão de Espanha “consolidou a aliança inglesa como escolha natural e ponderada em face das diversas opções conjunturais. [Ela] revelava-se mais útil quando não era um imperativo geográfico, mas sim um cálculo ponderado de razões, indispensável para contrair hegemonias continentais de intenção imperial”²⁰.

De qualquer forma, a Guerra da Sucessão de Espanha abriu a Portugal um período de cinquenta anos de paz. A nova ordem beneficiou Portugal, face à preponderância das potências marítimas encabeçadas por Inglaterra, designadamente através das relações comerciais que tinham no Brasil o ponto de convergência. Regionalmente, Portugal assegurava o fortalecimento das fronteiras europeias, resultante da redução do poder da Espanha continental, que via o seu território, na América do Sul, ser alargado.

2.2. Guerra dos Sete Anos 1756-1763

*“Portugal e Espanha são duas bestas de carga.
A Inglaterra nos excita a nós, e a França vos
aguilhoa a vós”.*

Duque de Lafões

Ao longo do século XVIII, o poder inglês cresce como grande potência marítima, que inclui o sucesso da sua presença na América do Norte, no Oriente e no domínio das rotas do Mediterrâneo. Consequentemente, perfila-se novo confronto entre os dois grandes blocos europeus – Inglaterra e França –, tendo a América do Norte como palco estratégico do conflito e a Europa como teatro de «procuração». De facto, as lutas franco-britânicas na América do Norte não são mais que a tradução do conflito mais vasto que opõe os dois países na primeira metade do século XVIII e culmina na Guerra dos Sete Anos. Entre 1756 e 1763, a Europa divide-se em dois campos: de um lado, a Prússia, apoiada pela Grã-Bretanha, do

¹⁹ José Calvet de Magalhães, *Breve História Diplomática de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.

²⁰ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática de Portugal. Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s/d.

outro, uma coligação da França, Áustria, Rússia, Suécia, vários Estados Alemães e, a partir de 1762, a Espanha.

A guerra foi provocada pela tentativa da Áustria recuperar a Silésia, anexada pela Prússia durante a Guerra da Sucessão da Áustria (1744-1748). A Áustria aliou-se à França e à Rússia procurando conter o poder militar crescente da Prússia que, por sua vez, se aliou ao Hanôver e à Grã-Bretanha alargando o conflito até aos domínios coloniais da França na América.

Desencadeada a guerra, as primeiras operações foram favoráveis aos franceses e seus aliados, que obrigaram Frederico II a combater em quatro frentes: no Hannover, atacado e conquistado pelos franceses; na Silésia, que os austríacos tentavam recuperar; na Prússia oriental, onde intervêm os russos; na Pomerânia, invadida pelos suecos. Mas a entreaajuda britânica, a superior capacidade militar prussiana (verificável nas emblemáticas batalhas de Rossbach, Leuthen e Zorndorf) e a decisão do czar Pedro III abandonar a coligação, em 1762 (a que se seguiu a Suécia) permitem a Frederico II sustentar-se militarmente face aos rivais e assegurar a posse da Silésia (tratado de Hubertsburg, 1763). Entretanto, os britânicos impõem-se aos franceses na América do Norte (capitulação do Quebeque, 1759), no Oriente (Pondichery, 1761) e na Europa (Minden, 1759)²¹.

Entre as guerras da Sucessão de Espanha e a dos Sete Anos decorreu quase meio século; período de relativa acalmia externa que o longo reinado de D. João V aproveitou para dar prestígio internacional a uma coroa caracterizada pela opulência e grandiloquência, sustentadas à custa do filão brasileiro. Período em que a guerra era encarada com punhos de renda e as obrigações militares entendidas como desprezíveis e desprestigiantes.

Tal postura estava em conformidade com os padrões militares europeus do Iluminismo, em que o instrumento militar dos regimes absolutos surge como monopólio de poder dos soberanos. Neste período, a guerra é um negócio exclusivo do rei (*ultima ratio regis*), os exércitos são profissionais e comandados por oficiais oriundos da nobreza, sendo os soldados (marginais) ‘carne para canhão’ sujeitos a uma disciplina férrea. Paralelamente, as máquinas militares (homens e armamento/equipamento) são muito dispendiosas, a componente logística é incontornável, as guerras são de usura económica e financeira com objetivos limitados. Assim, a guerra obedecia a uma estratégia judiciosamente ponderada, visando o desgaste dos meios do inimigo, o que era geralmente suficiente para conduzir às negociações de paz. De facto, a batalha só ocorria em determinado local se ambos os contendores o desejassem

²¹ Abílio Pires Lousada et al, *Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português*, ob. cit.

(batalha por consentimento mútuo). A manobra e batalha eram distintas e, de certa forma, independentes. Qual paradoxo, o Estado forte do período absolutista não tinha correspondência numa eficiente máquina militar.

No entanto, isso não significou um completo menosprezo por parte da coroa portuguesa para com as ‘coisas’ da guerra, procurando dar à instituição militar um impulso coerente. Porém, a deficiência na instrução, a carência de armamentos e de cavalos e, principalmente, a falta de boa vontade dos altos comandos e oficiais em dar corpo à legislação produzida reduziram praticamente a nada as medidas promulgadas. Curiosamente, o acontecimento militar de maior relevo foi naval, no Cabo Matapan (19 de julho de 1717), uma expedição cristã europeia conjunta destinada a travar o avanço turco no sul do continente. Apesar do poder naval português ser irrisório, com 5 naus, 1 fragata de guerra, 2 charruas e algumas embarcações menores, D. João V anuiu ao pedido de Clemente XI em participar na expedição²².

Por alvará de 28 de julho de 1736, e de modo a aperfeiçoar a organização do Estado, D. João V substituiu as Secretarias de Estado, Mercês e Expediente e Assinaturas pela Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino (nomeava os assessores do rei), Secretaria de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos (responsável pela defesa do Ultramar) e Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (responsável pela defesa da Metrópole). Como curiosidade, os dois departamentos militares estavam ligados a departamentos civis²³. A nobreza de capa sobrepunha-se à nobreza de espada.

A realidade é que, neste reinado, as instituições militares foram negligenciadas, perderam prestígio e o Exército e a Marinha foram quase anulados.

De início, a Guerra deixou de fora a Espanha, permitindo que Portugal se mantivesse alheado do conflito, apesar de se encontrar em quase todas as zonas estratégicas onde os confrontos anglo-franceses tinham mais força: a entrada do Mediterrâneo, a rota da Índia, a foz do rio da Prata²⁴. A neutralidade desejada pelos Países Ibéricos não impedia, contudo, que os navios ingleses, escalando os portos portugueses e navegando ao longo do litoral peninsular, produzissem graves danos à navegação e marinha francesas.

Os acontecimentos iriam arrastar o País para o conflito. Em agosto de 1759, uma esquadra inglesa derrotou uma francesa em frente de Lagos, que redundou num diferendo

²² José Rodrigues Pereira, *Campanhas Navais 1793-1807. A Marinha Portuguesa na época de Napoleão*, I vol, Lisboa, Tribuna, 2005.

²³ António Silva Ribeiro, *Organização Superior de Defesa Nacional. Uma Visão Estratégica (1640-2002)*, Lisboa, Editora Prefácio, 2004.

²⁴ Jorge Borges de Macedo, ob. cit.

diplomático entre a França e Portugal, com o embaixador daquele país a abandonar Lisboa. Depois, em 1761, ocorreu um combate naval entre dois navios ingleses e três franceses no Cabo Finisterra, que resultou no apresamento de um navio francês e duas centenas de mortos da sua guarnição. A França tinha, desta forma, a navegação costeira e atlântica condicionada pela ação britânica.

Perante esta situação, Luís XV assinou o Pacto de Família (15 de agosto de 1761), que compreendia a França, a Espanha e Nápoles. Assim, a partir de 1762 a guerra aproxima-se das fronteiras portuguesas. Portugal recebeu, então, a proposta de se juntar ao «Pacto» e abandonar a aliança inglesa. A resposta portuguesa lembrava que o País não “sofrera ofensa que justificasse a violação da aliança, pelo que o seu papel era de mediador e não de beligerante”²⁵.

Perante a recusa do governo do marquês de Pombal, forças franco-espanholas invadiram território português de Trás-os-Montes ao Alentejo, em maio de 1762. Parece inevitável a recusa do ultimato francês, porque se temia, como sempre, as previsíveis retaliações inglesas nas possessões ultramarinas. Mas também parece evitável a perda da neutralidade, explicável, em certa medida, porque o prestígio externo de Portugal se desvaneceu na transição do reinado de D. João V para o de D. José, sendo que durante as negociações existiram atritos inexplicáveis entre o embaixador francês, conde de Merle, e a corte de Lisboa²⁶.

Mas, para não variar, quando D. José assumiu o trono (1750), eram miseráveis as reais valias do exército português, pois o recrutamento continuava a ser feito à custa das massas populares mais desfavorecidas e desprotegidas, incapazes de se furtarem aos deveres militares. A defesa do reino continuava assegurada por três escalões de tropas: o exército de primeira linha; uma primeira reserva territorial (milícias); ordenanças do reino.

Como não havia guerra há muito, os militares desabituarão-se do treino, os oficiais negligenciaram a disciplina e a Coroa deixou de suportar as instituições armadas. E assim o recurso militar imediato capaz de resistir na fronteira assentava na reserva territorial (forças irregulares).

A Grã-Bretanha enviou, então, socorros em dinheiro e material bélico e, depois, um corpo de militares, entre os quais o conde prussiano Schaumburg-Lippe, que reorganizou a defesa portuguesa. Tal era o estado do Exército português que as primeiras medidas que Lippe tomou foram exigir o pagamento do pré em atraso (os soldados tinham de mendigar,

²⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Editorial Verbo, 1982.

²⁶ Pedro Soares Martinez, ob cit.

roubar e matar para não morrerem à fome), uniformizá-los (pois andavam rotos e descalços) e dar-lhes aquartelamentos condignos (costumavam dormir onde calhava); medidas importantes que exigiam disciplina e dignidade²⁷.

O general prussiano traçou pormenorizados regulamentos para as armas e serviços, lançou as bases orgânicas do controlo das instituições militares por parte do Estado, definiu critérios de hierarquização, promoveu a criação de campos de manobra e reformulou o sistema defensivo das fronteiras. O país foi dividido em sete Distritos Militares (Trás-os-Montes, Minho, Beira, Partido do Porto, Estremadura e Corte, Alentejo e Algarve) e o Exército preparado no princípio da defensiva estratégica e ofensiva tática²⁸.

Com o sucesso da defesa do território nacional perante um invasor com um potencial de combate maior que o exército anglo-luso, Lippe permitiu que Portugal alcançasse uma imagem vitoriosa no teatro de operações ibérico da Guerra dos Sete Anos. Ainda que o feito não lhe permitisse «sentar-se» ao lado dos vencedores, o Tratado de Fontainebleu garantiu a Portugal a restituição das praças de Almeida e Chaves, perdidas logo no início da Campanha e, na América do Sul, da Colónia de Sacramento, reclamada desde o fim da Guerra da Sucessão de Espanha²⁹.

A vitória anglo-prussiana, consagrada pelo Tratado de Paris (1763), marca o acentuado declínio da França, o triunfo da Grã-Bretanha e a emergência da Prússia. Os britânicos assumem o domínio absoluto nos mares, tornando-se comercialmente exclusivos na América do Norte. Uma guerra que em Portugal foi “Fantástica”, feita de processos de intenções, demonstrações e manobras, onde o ‘cheiro a pólvora’ mal se fez sentir³⁰.

2.3. Guerras da Revolução 1793-1815

“Nada de neutros! É necessário atacar Lisboa”.

Kersaint, Assembleia Francesa

O impacto da Revolução Francesa (1789), sobretudo a partir da execução de Luís XVI (1793), redundou numa ameaça às monarquias europeias do Antigo Regime.

²⁷ Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 3, Mem Martins, Círculo de Leitores, 1993.

²⁸ António Martins Barrento, *Guerra Fantástica 1762. Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*, Lisboa, Tribuna da História, 2006.

²⁹ Abílio Pires Lousada et al, *Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português*, ob. cit.

³⁰ Idem.

Em 1793, a Inglaterra abandona a sua inicial política de neutralidade. A Espanha segue o mesmo caminho e Portugal associa-se, por tratados de aliança recíproca e auxílio mútuo, a ambos os países, contra a França revolucionária. Difícil equilíbrio, neutralidade impossível. Entre a Espanha e a França, por um lado, e a Grã-Bretanha, por outro, Portugal vai atravessar um longo período de tensão armada e, entre os últimos anos do século XVIII e o primeiro do seguinte, ver-se-á envolvido em dois conflitos internacionais: as campanhas do Rossilhão/Catalunha (1793-1795) e a Guerra das Laranjas (1801).

No primeiro, Portugal participa com uma divisão Auxiliar ao lado da Espanha contra a França, sem declaração formal de guerra (ao contrário da Espanha), uma campanha que correu mal às armas peninsulares; no segundo, Portugal recebe uma declaração de guerra conjunta da Espanha e da França, que mudaram radicalmente a atitude diplomática, passando de inimigos a aliados. Portugal foi invadido por um exército hispano-francês em 1801, mediante uma campanha relâmpago que durou três meses, perdendo Olivença para a Espanha e a Guiana para a França.

A exportação das ideias liberais francesas mergulhou o continente numa guerra ideológica, a que Napoleão emprestou uma racionalidade política assente numa luta de soberanias. De permeio, Portugal viu-se posicionado no caminho das grandes potências, face ao conflito que envolveu a Inglaterra e a França. Incapaz de impor a neutralidade desejada, por ausência de um aparelho militar dissuasor, sobreveio o dilema perante a atitude a tomar. A ambiguidade foi, inicialmente, a conduta marcante da política externa do Governo, que procurou assumir compromissos de circunstância, onde foi notória a ausência de uma estratégia de afirmação na conjuntura europeia. A questão arrastou-se de 1801 a 1806.

Depois de Napoleão perder capacidade naval com a derrota em Trafalgar (1805), o destino de Portugal fica selado: o imperador não pode permitir que o País seja uma cabeça de praia da Inglaterra no continente³¹. No ano seguinte, Napoleão firmou a Paz de Tilsit, com a Rússia, e decreta o Bloqueio Continental, coação económica passível de substituir a inviabilidade de uma invasão das ilhas britânicas³². Só não aderiram a Suécia e Portugal. A recusa portuguesa é incomportável para Napoleão. Daí as invasões. Mas antes, para facilitar a colaboração espanhola, assinou com Manuel Godoy, primeiro-ministro de Espanha, o tratado secreto de Fontainebleau (27 outubro de 1807), que retalhava o País em três partes e em que a Espanha se comprometia a auxiliar a França na conquista de Portugal.

³¹ Abílio Pires Lousada (Coord), *Guerra Peninsular. Prelúdio Liberal do Tecido Político-Social e a Transformação do Aparelho Militar Português*, Lisboa, Prefácio/IESM, 2010.

³² Jorge Borges de Macedo, ob. cit.

Assim, obrigado a delimitar o seu campo de interação, Portugal foi obrigado a escolher entre a aproximação à potência continental (França) e a manutenção do secular entendimento com a potência marítima (Inglaterra). Deste modo, Portugal era, no início do século XIX, uma Monarquia sitiada, dependente dos interesses de Londres e de Paris³³. A escolha do campo francês, onde pontificava a Espanha, implicava o conflito marítimo com a Inglaterra, que fazia perigar as possessões ultramarinas e a perda das vantagens comerciais emanadas do Atlântico, essenciais para a economia do Reino; conservar a aliança inglesa conduziria, inevitavelmente, à invasão do território nacional por franceses e espanhóis.

Desta forma, “o dilema era o da morte por asfixia ou por invasão”³⁴.

Decidida a adesão à causa britânica, consumava-se, desta forma, a invasão militar pela França, a partir de 1807, e política pela Inglaterra, fazendo de Portugal teatro de operações no confronto anglo-francês.

Recuemos na questão militar; regressado o período de paz e depois de Lippe cessar funções em Portugal (1767), o laxismo, a desordem e a indisciplina militares voltaram-se a instalar, reiniciando-se o seu declínio, situação que se tornou bem visível no fracasso da Campanha do Rossilhão (1793-1795) e no desastre da Guerra das Laranjas (1801).

No Exército, foi o marechal prussiano conde de Goltz quem encetou a reorganização, por Decretos de 1806-1807, com a 1ª Invasão Francesa no horizonte. Para o efeito, criou as Divisões do Norte, Centro e Sul, constituídas por 12 Brigadas de Infantaria, 12 Regimentos de Cavalaria e 4 de Artilharia; organizou 48 Regimentos de Milícias e 24 Brigadas de Ordenanças; todos os homens dos 17 aos 40 anos passaram a estar obrigados ao recenseamento militar. Diz-nos Vitoriano César que “um tal sistema de recrutamento, se tivesse sido posto em prática em toda a sua plenitude, permitiria uma organização respeitável das nossas forças militares”³⁵.

Estas medidas não estavam, porém, ainda em plena execução quando Junot se acercou do território português e não havia ilusões quanto à capacidade de resistência, tanto mais que a Casa Real, que se ausentou para o Brasil, deixou instruções para que as tropas francesas não fossem afrontadas.

³³ Paulo Frederico Ferreira Gonçalves “Contributos para uma Referenciação Histórica do Conceito Estratégico de Defesa Nacional”, In *Revista Militar*, nº 2422, novembro de 2003.

³⁴ José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 8ª Edição, 1998.

³⁵ Vitoriano José César, “A Evolução do Recrutamento em Portugal desde os seus Primórdios até à Lei de 1807”, In *Revista Militar*, nº 8, agosto, de 1909.

Relativamente a capacidades navais, no reinado de D. Maria I as forças navais portuguesas atingiriam capacidades relevantes, em termos de modernização da frota, organização operacional e infraestruturas de apoio³⁶. O poder naval foi desenvolvido pela ação de Martinho de Melo e Castro (e depois dele Rodrigo de Sousa Coutinho), Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. As razões que conduziram ao desenvolvimento da armada foram a ameaça de guerra com a França, a proteção do comércio, principalmente com o Brasil, a segurança das costas metropolitanas contra a crescente ousadia dos corsários berberes e franceses e o controlo dos já então reduzidos territórios do Oriente.

Assim, a implementação de um programa naval de fundo fez da Armada Portuguesa, no virar do século XVIII para o XIX, uma força com 65 navios de alto bordo (14 naus, 23 fragatas, 3 corvetas, 17 brigues e 8 charruas, além de outros de menor porte). Isto significava um efetivo em pessoal embarcado de cerca de 560 oficiais e 12.000 marinheiros, uma cifra impressionante³⁷. Efetivamente, entre 1796 e 1807, Portugal tinha um colosso naval. Um colosso que zarpou, na grande maioria, para o Brasil nesse ano³⁸, quando Junot entra em Lisboa e materializa a primeira invasão napoleónica.

Face ao que se percebe, quando Junot e as forças militares espanholas invadem e ocupam Portugal em finais de 1807, o País tinha o centro de decisão política no Rio de Janeiro, o Exército regular estava inoperacional, o vetor naval retirou com a corte para o Brasil e o estrato social da Nação permanecia aquietado e expetante. Portugal via-se obrigado a fazer renascer das cinzas um braço armado que lutasse pela Pátria, pelo Coroa e pela Santa Religião³⁹.

O desenlace das campanhas napoleónicas em terras lusitanas é conhecido; não conduzindo pessoalmente as operações, as tropas do imperador foram rechaçadas por três vezes, um feito de armas resultante do comando e organização militar desenvolvidos pelo marechal Carr Beresford, da condução das tropas luso-britânicas em campanha pelo general Arthur Wellesley, da motivação dos agentes religiosos do Reino e do levantamento em armas dos camponeses em Portugal, mediante a ‘fórmula’ de milícias populares na invasão de 1807-1808, milícias regimentais na de 1809 e contingentes militares irregulares em 1810-1811⁴⁰.

³⁶ Relativamente ao poder naval nacional na transição do século XVIII para o seguinte ver: José Rodrigues Pereira, ob. cit.

³⁷ O Exército tinha cerca de 40.000 homens.

³⁸ A retirada de D. Maria I e D. João para o Brasil foi feita em 8 naus, 4 fragatas, 12 brigues e 1 galeota, acompanhada de 31 navios mercantes com mais de 15 000 pessoas

³⁹ Abílio Pires Lousada (Coord), Guerra Peninsular. Prelúdio Liberal do Tecido Político-Social e a Transformação do Aparelho Militar Português, ob. cit.

⁴⁰ Idem.

3. GUERRAS MUNDIAIS DO SÉCULO XX

No século XX, Portugal foi obrigado a assumir as guerras mundiais como uma questão estrategicamente incontornável, posicionando-se politicamente e desenvolvendo modalidades de ação militares em conformidade com os objetivos que melhor refletissem os superiores interesses do Estado e entendidos como mais adequados relativamente à capacidade do aparelho militar. E se há linhas de força que permanecem constantes, há diferenças substanciais, nomeadamente a beligerância pretendida na guerra de 1914-1918 e a neutralidade alcançada na guerra de 1939-1945.

3.1. Primeira Guerra Mundial 1914-1918

“Pela primeira vez, há cem anos a esta parte, a bandeira de Portugal flutuará, de novo, nos campos de batalha da Europa”.

Diário do Governo

No verão de 1914, a Belle Époque chegava ao fim e a Europa caminhava para «a maior guerra que o mundo jamais havia presenciado». Pensada como guerra limitada que acabaria com todas as guerras no mundo, a 1ª Guerra Mundial revelou-se um conflito estendido no espaço, dilatado no tempo e cataclísmica em relação às repercussões.

Motivada pela rivalidade entre as principais potências da Europa, concretamente a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a Áustria-Hungria, a Rússia e a Turquia, a guerra teve como catalisador geral um conjunto de acontecimentos precedentes. Destes, importa frisar a Guerra Franco-Alemã (1870-1871), de cuja derrota a França esperou pela desforra e pela recuperação da Alsácia e da Lorena; a Conferência de Berlim (1884-1885), onde os países decidiram a partilha de África como forma de aplacaram tensões no palco europeu; a emergência da Alemanha do Kaiser Guilherme II como poder de primeira dimensão assente numa demografia ascendente, um forte desenvolvimento económico e no rearmamento; os dilemas da segurança, que impeliu os Estados a precaverem ameaças efectivas ou presumidas, constituindo dois blocos políticos antagónicos, a Cordeale Entente – Aliados – (França, Grã-Bretanha e Rússia) e a Tripla Aliança – Potências Centrais – (Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia).

O catalisador específico, isto é, o acender do rastilho, acontece com um ataque terrorista perpetrado por um estudante sérvio (Gravilo Príncipe) em Sarajevo, pertencente à sociedade

secreta os «Mão Negra», que custou a vida ao arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono austro-húngaro.

Tanto bastou para envolver a Europa e o mundo em guerra, alimentada por aparelhos militares detentores de um arsenal bélico com um poder destrutivo jamais visto, que arruinou o velho equilíbrio de poderes sustentado na Conferência de Viena (1815), a implosão de três impérios (Alemão, Austro-Húngaro e Otomano), o fim de dinastias seculares europeias (Hoenzollern, na Alemanha; Habsburgos, na Áustria; Otomanos, na Turquia; Romanov, na Rússia) e a falência da Europa enquanto palco geopolítico principal do panorama internacional.

Os poderes políticos e os Estados-Maiores previram uma guerra curta e de resultados conclusivos, mas os três a quatro meses de guerra planeado pelos Estados-Maiores e a assunção de que os soldados estariam de regresso à pátria pelo Natal gorou-se: i) a guerra foi longa (28 julho 1914 a 11 de novembro de 1918) e mortífera, causando 10 milhões de mortos diretos nos campos de batalha; ii) envolveu militares dos cinco continentes (65 milhões de 32 países) e teve vários teatros de operações, concretamente da Europa Ocidental (o mais importante e decisivo), da Europa de Leste, de África, do Médio Oriente e da Ásia Oriental; iii) foi total, porque implicou a utilização de todas as formas de coação estratégicas: diplomática; militar; económica; psicológica; iv) impregnou os cidadãos de um patriotismo militar a quem interessava destruir o oponente, fazendo de cada Estado um estado guerreiro que militarizou as sociedades, esbatendo o conceito de nação em armas que vinha desde os tempos da Revolução Francesa; v) outro equívoco é que a guerra não foi de movimento e as batalhas desenvolvidas segundo os cânones precedentes quase não existiram. Manobra tática implica fogo e movimento. Como o movimento foi de curta dimensão, a guerra foi um morticínio de impasse nas trincheiras onde a fogo foi avassalador.

Ou seja, a tática não acompanhou a evolução estratégica nem o desenvolvimento tecnológico, tornando a guerra estática e de frentes paralelas, onde o soldado foi carne para canhão.

A guerra termina (assinatura do Armistício) a 11 de novembro de 1918. Quando a paz é alcançada, acontece mais por exaustão económica e psicológica dos vencidos (Alemanha, Áustria e Turquia) e menos devido a vitórias militares decisivas por parte do Aliados. Estes fundamentaram os resultados no poder do número (estados, recursos humanos e capacidade tecnológica), constituindo a intervenção dos EUA um fator decisivo.

Em 1919 assinou-se, então, o Tratado de Versalhes. Destinada a acabar com a guerra no mundo, a Paz de Versalhes foi definida só entre os vencedores, principalmente entre a Grã-

Bretanha, a França e os EUA, e contra a Alemanha, apontada como responsável pela guerra e que não foi autorizada a participar nas negociações. O Tratado de Versalhes foi de tal maneira subjetivo e pernicioso que, no final, o 1.º Ministro de França, George Clemenceau, o considerou brando, o 1.º Ministro da Grã-Bretanha, Lloyd George, o achou demasiado implacável, enquanto o presidente americano, Woodrow Wilson, o viu como demasiado imperfeito.

Não deixa de ser *sui generis* que a Estratégia Nacional da 1.ª República esteja praticamente consignada nos objetivos aduzidos pelo Partido Democrático para fazer de Portugal um beligerante na Grande Guerra. Nesse propósito estava contida a necessidade de garantir a soberania das colónias africanas, a preocupação de manter afastado o perigo espanhol, a procura de legitimação internacional do regime saído do 5 de Outubro, a manutenção da aliança com a Inglaterra, a consolidação interna do regime⁴¹.

A defesa das colónias foi o primeiro e o mais forte argumento para Portugal entrar na guerra, que mereceu o consenso nacional. No decorrer do conflito, os alemães pressionavam militarmente o Sul de Angola e o Norte de Moçambique, pois foram progredindo no terreno e sublevando a população indígena contra a soberania portuguesa. Paralelamente, receava-se que a Inglaterra, que utilizava os portos e os pontos de passagem territoriais das colónias portuguesas para apoiar logisticamente a sua campanha em África, olhasse os territórios portugueses como uma eventual moeda de troca com os alemães, caso o evoluir da guerra o justificasse.

Portanto, Portugal deu continuidade à pacificação dos seus territórios e ao incremento da guerra contra a Alemanha em Angola e Moçambique, já que eram as colónias que davam o estatuto de potência a Portugal na Europa⁴².

Se este cenário justificava as expedições para África, o envio de tropas para a Flandres obedeceu a outros pressupostos, desde logo a constatação que “(...) os objectivos nacionais fora da Europa seriam decididos na Europa”⁴³. Além disso, a Espanha era ainda uma ameaça. Fizera, recentemente, uma aproximação à Inglaterra, o que preocupou o Governo português, pois sabia-se que a aliança luso-britânica apenas dava garantias de defesa na área costeira e nas colónias, mas não na limes terrestre. Como a Espanha adotou uma atitude neutral no conflito europeu, a participação portuguesa afirmava internacionalmente a individualização de

⁴¹ Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

⁴² Abílio Pires Lousada, *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal 1820-1974*, Lisboa, Prefácio, 2007.

⁴³ P. John Cann, “Angola e a Grande Guerra”, In *Revista Militar*, Nº 2412, janeiro.

Portugal no conjunto Peninsular. Por isso, a Flandres justificava a procura de “equilíbrio geopolítico entre a pressão continental da Espanha e a compensação da Aliança Inglesa, pois o lobby anexionista em Espanha continuava muito activo”⁴⁴.

Com a entrada na guerra ao lado da Entente Cordiale, Portugal esperava, no pós guerra, um lugar no concerto das nações e a credibilização internacional da República. Em 1916, a República Portuguesa dava os primeiros passos numa Europa Ocidental onde as exceções monárquicas eram a Suíça e a França, pelo que o processo de aceitação plena ainda era algo mitigado, tanto mais que o regime era de pendor jacobino e politicamente inconstante. Acreditava-se ainda que a derrota da Alemanha e da Tríplice Aliança compensaria o esforço de guerra e permitiria desafogar financeiramente os cofres do Estado.

Por fim, o objetivo implícito, que obedecia à intenção de consolidar internamente a governação do Partido Democrático. Quando deflagrou a guerra, não existia consenso político e partidário na posição a adotar pelo País para o conflito: i) como primeira opção havia a neutralidade *tout cours*, defendida pelo Partido Unionista; ii) como segunda, o envolvimento militar cingido às colónias e uma neutralidade colaborante com a Inglaterra na Europa, argumentada pelo Partido Evolucionista; iii) a terceira defendia a participação plena no teatro europeu, vincada pelo Partido Democrático.

Instalado no poder, o partido de Afonso Costa forçou esta última opção, intentando unir política e socialmente o País num grande desígnio externo. No imaginário popular, os soldados nacionais combateriam entre as grandes potências da Europa.

A nível militar assistiu-se a um conjunto de reformas, preconizando-se que o Exército era “uma instituição liquidada. Falseada como era completamente a sua missão, desde longos anos, em que a sua preparação para a guerra tinha sido nula”⁴⁵. O novo Exército devia passar de permanente a miliciano, um Exército verdadeiramente nacional, sem privilégios de castas e com o espírito militar implantado desde as cidades até às aldeias pois, segundo os legisladores, “o país sustentava um pseudo-exército permanente, que a monarquia supunha erroneamente ser a sua guarda pretoriana”. Portanto, procurou substituir-se o Exército semiprofissional da Monarquia pelo conceito de «nação em armas», onde todos os cidadãos deviam passar pelas fileiras, enquadrados por oficiais milicianos e um núcleo profissional reduzido ao mínimo, a quem cabia o papel de instrutor-educador do cidadão-soldado⁴⁶.

⁴⁴ Nuno Severiano Teixeira, “A Política Externa da Primeira República – 1910-1926”, In *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Coord. Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, Lisboa, Edições Colibri, janeiro de 2000.

⁴⁵ Prefácio da Ordem do Exército Nº 5, de 6 de Março de 1911.

⁴⁶ Prefácio da Ordem do Exército Nº 11, de 25 de Maio de 1911.

No entanto, a 1.^a Grande Mundial ‘deitou por terra’ o quadro legislativo do Exército da República. Portugal, no secundário teatro africano, esteve em guerra com a Alemanha, desde 1914, com o desencadear dos ataques no Sul de Angola, a partir do Sudeste africano, e no Norte de Moçambique, através da base do Tanganica, obrigando à mobilização imediata de tropas para preservar a soberania em África. Mas, a campanha africana fez perceber a necessidade de aumentar o número de soldados e de oficiais profissionais para a sua defesa, recorrendo-se ao método usual de preparação e envio de forças expedicionárias metropolitanas⁴⁷. O ambiente em que ocorreu a formação dos corpos expedicionários para o combate num clima tropical, deficientemente armados e equipados, foi de desagrado entre os militares.

Mais problemática foi a decisão de enviar tropas para teatro europeu, onde a guerra não correu de feição às Armas Portuguesas: enquanto a organização, preparação e treino do Corpo Expedicionário em Tancos foram feitos à portuguesa e orientados para uma guerra de movimento, a presença em teatro obedeceu ao enquadramento britânico e às exigências das trincheiras; outra dificuldade residiu na substituição das tropas, devido à insuficiência e deficiência dos meios de transporte marítimos portugueses e à subida ao poder de Sidónio Pais, em dezembro de 1917, que entrou o empenhamento de Portugal na guerra. Consequentemente, a indisciplina (insubordinações, revoltas, deserções, automutilações) grassou nos soldados do CEP e, com isto, as baixas. Assim, jamais o CEP esteve alguma vez no pleno das suas capacidades⁴⁸.

O culminar de toda esta situação foi o desastre de La Lys, resultante da ofensiva alemã da madrugada de 9 de abril de 1918, que incidiu no setor português e praticamente varreu o CEP do teatro de operações.

No final do conflito a soberania colonial estava assegurada e a República inserta no concerto das nações. Mas o País herdou um Exército desmoralizado e quantitativamente desproporcionado e uma Marinha que, conforme lamentou o Comandante Pereira da Silva, atingiu o «zero naval».

O resultado foi o aumento das tensões entre a classe política e o corpo de oficiais, com aquela a culpar este pelo fraco desempenho no conflito e os oficiais, revoltados pela obrigação de participarem numa guerra alheia, a culparem os políticos pelas derrotas e humilhações sofridas. Por isso, o General Gomes da Costa escreveu “se não obteríamos resultados superiores limitando a nossa acção militar ao Ultramar, batendo os alemães nas duas costas de

⁴⁷ Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, Volume Segundo, Lisboa, Editorial Ática, 1935.

⁴⁸ Abílio Pires Lousada, *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal 1820-1974*, ob.cit.

África, o que era relativamente fácil e, apoderando-nos das nossas colónias, concluída a guerra, liquidaríamos a nossa situação financeira e colonial”⁴⁹.

Seja como for, a participação na guerra na Flandres inviabilizou o pensado Exército Miliciano, obrigando a um aumento considerável do quadro de oficiais permanentes. Assim, “o Exército não foi transformado pela República, mas pela Guerra”⁵⁰.

De igual modo, a República Parlamentar acabou substituída pela Ditadura Militar, através da revolta militar de 28 de maio de 1926.

3.2. Segunda Guerra Mundial 1939-1945

“Afirmer que Salazar é pró-britânico em sentimento é uma suposição até agora por provar. Ele continua a pôr a neutralidade acima de tudo”.

OSS – Agência de Serviços Estratégicos dos EUA

A estratégia de ações sucessivas desenvolvida pela Alemanha de Hitler durante a segunda metade da década de 1930, que absorve o Sarre, a Áustria e desmembra a Checoslováquia, culmina com a invasão da Polónia, a 1 de setembro de 1939. As declarações de guerra da Grã-Bretanha e da França à Alemanha, dois dias depois, originam a 2.ª Guerra Mundial, que duraria seis anos, custaria cerca de 60 milhões de vidas e mostrava ao mundo uma nova ordem política assente em duas potências emergentes: os EUA e a URSS.

Beligerante na 1.ª Guerra Mundial, Portugal guardará neutralidade na 2.ª Guerra Mundial. Uma neutralidade difícil, duramente negociada e colaborante na segunda fase do conflito.

As mais constantes e fortes relações bilaterais de Portugal foram as desenvolvidas com a Espanha, tendo Madrid feito sempre parte do triângulo diplomático de Lisboa, onde se incluía Londres/Washington. Se o perigo espanhol se manteve, com Salazar assumiu contornos específicos, que aproximaram os dois países. O primeiro acontecimento marcante foi a Guerra Civil de Espanha (1936-1939), que implicou um problema de segurança na fronteira terrestre. O conflito, como é sabido, internacionalizou-se, com a Espanha a servir de palco de «ensaio» entre as ideologias nazi-fascista de Hitler e Mussolini (apoiantes de Franco) e Comunista de Estaline (apoiente de Azãna). Salazar, ideologicamente próximo de Franco e temendo um regime comunista junto às fronteiras, fez do apoio ao caudilho espanhol um

⁴⁹ Gomes da Costa, *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys*, Porto, Renascença Portuguesa, 1920.

⁵⁰ Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in José Mattoso (dir), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 6º vol, 1993.

designio nacional, tendo a vitória deste na Guerra Civil dado início a uma base de entendimento na Península⁵¹.

Também a 2.^a Guerra Mundial contribuiu para essa cooperação. Consciente que assegurar a neutralidade passava por igual pressuposto na política espanhola, Salazar percebeu que a chave do sucesso estava na intermediação da Inglaterra e na assinatura de um tratado entre Portugal e a Espanha. Assim, os dois Estados assinaram um Tratado de Amizade e de Não Agressão, em 1939, e firmaram o Pacto Ibérico, em 1940, onde a neutralidade face ao conflito mundial e a convergência de interesses peninsulares ficaram vincadas. Como facto inédito, Portugal e Espanha manifestaram também a vontade de defenderem a Península nos Pirenéus⁵².

Assim, o Pacto com a Espanha e a prevalência da Aliança Inglesa constituíram os dois argumentos diplomáticos fundamentais para a neutralidade portuguesa durante a guerra. De facto, o bom entendimento entre os dois países peninsulares e a declaração da neutralidade portuguesa, facilitarão a não-beligerância espanhola e pesarão, significativamente, para manter a distância de Portugal e Espanha em relação aos beligerantes do conflito. É evidente que o sucesso da neutralidade portuguesa se prende não só com os interesses e os objetivos de Portugal e Espanha, mas também com os interesses das próprias potências beligerantes na neutralidade estratégica da Península Ibérica, o que favoreceu e, em última instância, permitiu a concretização dessa neutralidade⁵³.

Na 2.^a Guerra Mundial, a estratégia de neutralidade portuguesa surgia também condicionada pela posse do volfrâmio e pela dispersão das suas possessões em África, no Índico e no Pacífico. O triângulo estratégico Metrópole-Açores-Madeira motivava, à Alemanha, a invasão do primeiro vértice, e à Inglaterra e aos Estados Unidos a ocupação dos outros dois; no Pacífico, Timor encontrava-se na esfera de «co-prosperidade» japonesa e na fronteira dos interesses estratégicos da Austrália; quanto ao volfrâmio, um minério estratégico ao nível dos armamentos, interessava a ambos os beligerantes. Mas, simultaneamente, essa situação conferia a Portugal uma importante liberdade de ação diplomática, exponenciada pela não existência de reivindicações territoriais⁵⁴. Daqui resultou a neutralidade colaborante, que concedeu aos aliados facilidades de utilização da base de Santa Maria (Inglaterra) e das

⁵¹ Abílio Pires Lousada, *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal 1820-1974*, ob. cit.

⁵² Pedro Cardoso, “Evolução do Conceito Estratégico Nacional no Século XX”, in *Estratégia*, vol. IV, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1992.

⁵³ António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1987.

⁵⁴ Isabel Alexandre Ferreira Nunes, “Delineamento de uma Estratégia Diplomática Portuguesa – Portugal na II Guerra Mundial, In *Estratégia*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, vol. V, 1993.

Lages (EUA), a partir de 1943 e 1944, respetivamente, como moeda de troca da libertação de Timor-Leste, entretanto ocupado pelo Japão, e a venda de volfrâmio aos beligerantes.

A neutralidade era a situação normal dos pequenos poderes europeus quando a guerra começou, em setembro de 1939. Se muitos a abandonaram foi por terem sido invadidos pela Alemanha, a Itália ou a URSS. Portugal escapou a esse desiderato porque as grandes potências em confronto preferiam a manutenção das neutralidades peninsulares, mesmo quando quiseram usar de forma activa o espaço insular atlântico. O período de maior perigo foram os meses de julho a dezembro de 1940, quando a Alemanha pretendeu lançar uma grande ofensiva em direção a Gibraltar e ao Norte de África, que implicaria a beligerância espanhola e o ataque a Portugal. Depois, a preparação da «Operação Barbarossa» de ataque à Rússia desviou a Alemanha do projeto de invasão da Península.

A neutralidade portuguesa acompanhou as várias fases da guerra: na fase de equilíbrio (junho 1941-maio 1943) são os aliados que querem manter a Península neutral, importante numa altura em que se planeiam os desembarques no Norte de África (novembro de 1942); na fase da supremacia aliada a Inglaterra pede o uso das bases nos açores em nome da aliança. Portugal concorda, na base de uma neutralidade colaborante, pensando na preservação do regime no pós-guerra através de uma maior aproximação dos aliados.

Síntese Conclusiva

É perceptível que o Conceito Estratégico Português obedece a constantes de política externa desde o século XV ao XX: a perceção contraditória entre o oceano e o continente europeu, concretamente entre o Atlântico e a Espanha, ou seja, afastamento estratégico voluntário em relação ao poder terrestre fronteiriço e a afirmação da vocação marítima do País; decorrente dessa realidade geopolítica, um conjunto de movimentos de longa duração histórica materializados nas alianças privilegiadas com a Inglaterra e a procura constante de diversificação das alianças externas em relação à Espanha, intentando objetivar uma soberania plena no contexto peninsular; um investimento histórico sucessivo no projecto imperial, a Oriente (século XVI), no Brasil (séculos XVI-XIX), em África (séculos XIX-XX), onde a solvência económica do Estado e a importância funcional no concerto internacional eram incontornáveis.

A Espanha foi o crónico perturbador da política externa portuguesa e o actor de ponderação da decisão estratégica, onde a questão central foi a manutenção da independência. De tal forma que Portugal, nos grandes conflitos europeus, procurou estar onde a Espanha não estava. Neste âmbito, a assunção da neutralidade foi o desígnio marcante nem sempre alcançado, variando os constrangimentos da intervenção entre os desígnios da potência talassocrática (Grã-Bretanha), que foi o interlocutor privilegiado, e a Potência epirocrática (França).

Portugal viveu, durante esse longo período de conflitos, uma fatalidade geográfica, fruto de uma posição central por onde a guerra, inevitavelmente, passa. Consequentemente, apesar da neutralidade pretendida (exceto na 2.^a Guerra Mundial) e beligerância indesejada (descontando a 1.^a Guerra Mundial), é obrigado a optar entre o oceano e o continente.

Os maiores «desvios» estratégicos verificados relativamente aos conflitos internacionais analisados aconteceram quando a liderança política do Estado não era forte e/ou centralizada, permitindo divisões ideológicas entre elites e consequente influência na tomada de decisão estratégica: Guerra da Sucessão de Espanha (D. Pedro II); Campanhas Napoleónicas (D. Maria I/D. João VI) e 1.^a Guerra Mundial (sistema parlamentar republicano). O contrário, isto é, lideranças fortes e credíveis, é também verificável, nomeadamente na Guerra da Restauração, através de D. João IV, numa primeira fase, e sobretudo do Conde de Castelo Melhor, posteriormente, na Guerra dos Sete Anos, com o despotismo iluminado do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, e na 2.^a Guerra Mundial, mediante tutela de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros.

Em todo o processo, a diplomacia foi o vetor estratégico mais importante, “na tentativa de conseguir um estatuto de neutralidade e obter apoios que colmatassem a fraqueza em potencial estratégico, particularmente militar. Porém, porque não tínhamos força que permitisse o estatuto de neutralidade e porque sem alianças dificilmente conservávamos os territórios coloniais e o comércio ultramarino, acabávamos por ser arrastados para a aliança inglesa”⁵⁵.

Quanto ao vetor militar, em Portugal é comum «esquecer Deus e desprezar o soldado» sempre que se vive a paz, persistindo o paradigma de enormes eclipses após notáveis fulgores em tempo de guerra. É verdade adquirida que o decisor político pensa na forma de alcançar a paz em tempo de guerra e que o estratega prepara a guerra em tempo de paz. Uma verdade que em Portugal é aligeirada mais vezes que o desejável. De tal forma que em momentos de rara gravidade e face à inexistência de um aparelho militar convencional adequado às necessidades, é sobre os contingentes irregulares que recai o ónus da resistência e eventual dissuasão prévia. De forma concorrente, o recurso a um organizador estrangeiro para levantar capacidades militares foi também a norma.

Com o fim do serviço militar obrigatório esvaiu-se o nervo defensivo da Pátria, assente nas populações, e a consciência de defesa nacional, agravado pelo fim da obrigatoriedade de formação em operações irregulares dos quadros do Exército português. Caminha-se para um perigoso crepúsculo dos guerreiros?

Terminamos como começámos, a Guerra do Iraque de 2003. No essencial, Portugal manteve uma postura estratégica consentânea com os seus «pergaminhos» históricos, ou seja, a vocação atlântica ‘falou mais alto’ que as exigências da parceria europeia⁵⁶.

Mas a demonstração que explanámos permite-nos concluir que, no contexto de conflitos militares internacionais face aos quais o País foi obrigado a desenvolver uma estratégia, o dilema político da neutralidade e os constrangimentos militares da intervenção foram (são) uma realidade!

⁵⁵ António Martins Barrento, “da Fundação ao fim das Guerras Liberais”, in *O Pensamento Estratégico Nacional*, Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, junho de 2006.

⁵⁶ Já a Espanha, qual paradoxo, alinhou com os EUA e a Grã-Bretanha em detrimento do «bloco» continental europeu. Um caso de estudo, decorrente de um «arrufo» conjuntural estratégico do governo da época ou de uma inversão estratégica conjuntural a merecer ponderação